



Juiz de Fora  
Outubro/Novembro 2017  
Nº 10

# JORNAL DO Sinserpu

CSPB-FESERP-CSB

## Administração Bruno Siqueira quer levar servidor à miséria

Como nos últimos anos, a Administração Bruno Siqueira quer dar calote no servidor. Ela nega o mínimo ao trabalhador: o direito básico de reajuste inflacionário. O SINSERPU-JF denunciou as

“jogadas” dos representantes do Executivo na Tribuna Livre da Câmara Municipal, ao lado do Sindicato dos Professores (SINPRO-JF). No dia 6 de outubro, a categoria participou de uma assembleia

com paralisação. Conforme o resultado dos próximos encontros, o Fórum Sindical voltará a convocar nova assembleia com mobilização. **Leia mais na página 4.**



**PÁGINA 3**

**Sinserpu-JF consegue inserir Verocard no Bahamas**

**Servidor  
pode perder a  
estabilidade**

PÁGINA 2

**PJF terá que  
devolver R\$ 1 milhão  
ao Governo**

PÁGINA 3

**Atrasos na  
AMAC viram  
rotina**

PÁGINA 3

## EDITORIAL

Anos de desprezo da gestão Bruno Siqueira pelos servidores levaram a um mesmo sentimento da categoria: revolta. Como não se indignar quando a contenção de gastos da PJF se resume a prejuízos aos trabalhadores, responsáveis pelo funcionamento da engrenagem da cidade? Em tempos de instabilidade econômica, o corte de gastos é medida racional e saudável. Mas carimbar o rótulo de culpado pela crise da administração no servidor é desonesto e cruel. Sim, porque é isso que o Executivo tem feito com os profissionais de carreira, aque-

les que pelos próprios esforços e competência, encontram-se no cargo que ocupam. O que era apenas uma hipótese na gestão passada se transforma em certeza. A gestão Bruno Siqueira executa seu plano de perseguição à categoria. Além de negar o mínimo, que é a reposição inflacionária dos salários, o Executivo toma medidas radicais contra o trabalhador. Entre elas, o adiamento do pagamento para o quinto dia útil; a tentativa de atacar a aposentadoria; e a propaganda manipulada de cortes de salários astronômicos na PJF. Não

se enganem! Ao provocar a imprensa comprada com o alarde de corte de altos vencimentos na PJF, a Administração quis apenas ganhar fama moralizante. Porque, os gordos salários entre os trabalhadores de carreira são uma minoria, enquanto é uma realidade gritante entre os mais de 600 comissionados, que não serão afetados pela medida. Diante dos abusos contra o servidor por um prefeito ausente no dia-a-dia da cidade, resta o protesto. Paralisações, mobilizações e greve devem ser a resposta do trabalhador.

### GOLPE EM MARCHA

## Estabilidade do servidor está por um fio

Atenção, servidor, o Congresso que votou pelo fim da democracia no país quer acabar com estabilidade no serviço público. A medida foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no início do mês de outubro. O projeto passará por mais três comissões legislativas e se aprovado será votado em plenário.

Oficialmente, a justificativa é “combater a insuficiência de desempenho”, mas de fato o que eles querem é uma margem para ter a possibilidade de demitir para diminuir gastos, perseguindo servidores que não estejam afinados com a Administração. O projeto de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE) estabelece critérios para avaliação anual do desempenho por meio de uma

comissão composta por três superiores. Caso não alcancem um desempenho mínimo, os servidores perdem a estabilidade e podem ser desligados. Para sindicalistas o projeto é abusivo, uma vez que a legislação atual já autoriza a demissão de concursados com baixo desempenho. O trâmite, no entanto, se dá por meio de um processo administrativo, que é mais justo e imparcial. O SINserpu-JF considera a proposta moralista e hipócrita. “Eles tentam com isso desviar a atenção dos verdadeiros ladrões dos cofres públicos. Mais que nunca é hora de união das entidades representativas dos servidores para que a imagem da categoria não seja mais uma vez desonrada”, ressalta o presidente do sindicato, Amarildo Romanazzi.



### FIQUE DE OLHO

## Sinserpu-JF alerta sobre adicional noturno e hora-extra

Se você prestou serviço extra à noite, a Lei Trabalhista determina que receba hora-extra e adicional noturno. A advertência do sindicato se deve à constatação de que trabalhadores estão atuando para setores da Administração fora do horário de expediente sem receber o pagamento devido.

De acordo com a CLT é preciso pagar horas extras quando elas extrapolam o período contratual da jornada de trabalho. A hora extra é remunerada em, pelo menos, 50% mais que a hora de trabalho na jornada comum (artigo 7º, inciso XVI, da Constituição). É importante lembrar que as horas extras aos domingos e feriados valem ao menos 100% mais que a hora de trabalho válida na jornada comum. As horas extras podem por lei ser transformadas em horas de folga, se houver um banco de horas na empresa e ela tem até 12 meses para fazer a compensação.

Quanto ao adicional noturno, de acordo com o artigo 73 da CLT, salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior ao do diurno e para esse efeito sua remuneração terá um acréscimo de 20% pelo menos sobre a hora diurna. O trabalho noturno é aquele executado entre as 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte.

**Atenção, servidor!**  
**Visite o novo site do SINserpu-JF:**  
**[www.sinserpujf.com.br](http://www.sinserpujf.com.br)**  
**Mais conteúdo, dinâmico e atual**

## CONQUISTA

# Sinserpu-JF consegue levar cartão Verocard ao Bahamas

Os servidores, agora, podem escolher em qual supermercado farão suas compras. A troca da bandeira do cartão-alimentação, em agosto deste ano, gerou um problema para a categoria: a maioria tinha o hábito de comprar no Bahamas, que não integrava a lista de convênio do Verocard.

**SINDICATO NEGOCIA** Com salários sem reajuste e vale-alimentação idem, os servidores estavam sendo castigados ainda mais, por terem como únicas opções de compra os supermercados mais caros da cidade. Devido ao grande número de reclamações, o SINSERPU-JF entrou em negociação com o Bahamas para tentar incluí-lo na lista de convênios do Verocard.

Assim que a insatisfação dos servidores com o novo cartão veio à tona, o vice-presidente do sindicato, Francisco Carlos da Silva iniciou as conversações com a gestão de convênios do supermercado. De pronto, a empresa manifestou interesse e iniciou os trâmites, que foram concluídos com sucesso no dia 10 de outubro.

**BOM RESULTADO** A troca da bandeira do cartão dos servidores era uma reivindicação da categoria, devido aos freqüentes atrasos no reabastecimento do cartão Vale Mais. A PJF atendeu a reivindicação da troca, mas na licitação optou por aquela com o menor preço, que, entretanto, não atingia a todas as redes.



Apesar de o SINSERPU-JF solicitar que solucionasse o impasse para a categoria, nenhuma iniciativa foi tomada pela Administração. “A atribuição de negociar com empresas privadas não é do sindicato, mas tomamos essa atitude porque o Executivo não fez a sua parte e havia um clamor muito grande dos servidores para que tivessem acesso ao supermercado com preços mais acessíveis. Valeu a pena nos envolver, porque o resultado foi satisfatório. Tenho muito agradecer ao Bahamas que também se empenhou para que o convênio fosse fechado”, explicou o vice-presidente.

## DESRESPEITO

# ATRASOS NO VALE-TRANSPORTE DA AMAC VIRAM ROTINA

O SINSERPU-JF não permitirá que os constantes desrespeitos pelos funcionários da AMAC sejam naturalizados. Mais uma vez, os trabalhadores ficaram vários dias sem a recarga do vale-transporte em seus cartões. O atraso se repete mensalmente há mais de um ano, sem que Administração Bruno Siqueira tomem providências.

**SEM LOCOMOÇÃO** Profissionais responsáveis pelo acolhimento e educação de crianças nas creches municipais, nos trabalhos socioeducativos com adolescentes e idosos, além da abordagem de pessoas em situação de rua

estão com dificuldades de se locomover de casa para o trabalho e vice-versa. Todo mês, o sindicato intervém e cobra a regularização do benefício à direção da AMAC e à Administração. Segundo a associação, o problema se dá pela demora no repasse de recursos para essa finalidade por parte do Executivo, que tem uma dívida com a AMAC de mais de R\$ 3 milhões. Enquanto isso, quem sai no prejuízo são os trabalhadores, que ora estão sem vale-transporte, ora estão sem vale-alimentação. E, ao que parece, a consciência da gestão Bruno descansa tranquila, esperando o quadro se repetir no próximo mês.

## CADÊ O DINHEIRO?

# PJF terá que devolver R\$ 1 milhão ao Ministério da Saúde



A saúde mental, como os demais segmentos públicos de Juiz de Fora, anda de mal a pior. Quantas pessoas com transtorno mental e usuárias de drogas estão desamparadas na cidade? A questão é que ao invés de investir recursos no atendimento desse público, a PJF está sendo obrigada a devolver mais de R\$ 1 milhão aos cofres do Ministério da Saúde. Ou seja, ela recebeu a verba e não aplicou no devido setor.

**ATENDIMENTO SOCIAL** Segundo a imprensa, os recursos foram enviados em 2013 para a implantação de serviços na área de saúde mental. Foram enviados R\$ 4,27 milhões, para serem usados na qualificação dos Caps para o atendimento 24 horas. O dinheiro cobrado de volta seria empregado na criação de quatro unidades de acolhimento para o atendimento aos dependentes de crack, álcool e outras drogas. Seria também utilizado na construção de um Caps na Zona Norte.

**EXPLICANDO PARA CONFUNDIR** A secretária de saúde, Elizabeth Jucá explica, mas não convence. Diz que os recursos destinados foram insuficientes para o custeio do serviço “Por isso, optamos responsabilmente por não abrir os serviços, porque não teríamos como mantê-los.” Aí, vêm as perguntas que não querem calar: se o repasse era insuficiente e não seria empregado, por que a PJF aceitou receber? Onde foi empregado esse dinheiro?

**PAGANDO O PATO** Servidor é alvo da má gestão administrativa

# Bruno Siqueira nega reajustes e avanços ao servidor

Após três meses de negociações suspensas, a Administração Bruno Siqueira convoca o Fórum Sindical para comunicar o pior: reposição inflacionária zero. A reunião ocorreu no dia 11 de outubro, depois que os representantes dos sindicatos de servidores da PJF cobraram um posicionamento do Executivo.

**CALOTE PROGRAMADO** Justificando atrasos no repasse do ICMS para o município, os representantes da Administração alegaram que não têm como conceder as perdas salariais com a inflação do período. Ressaltaram, no entanto, que após levantamento do resultado da Lei de Anistia Fiscal, lançada pela PJF a Administração chamará o Fórum Sindical para apresentar uma possível proposta.

**AUMENTO DA RECEITA** Na última reunião, de posse de informações publicadas no Portal da Transparência, o Fórum Sindical comprovou o aumento das receitas com o superávit de ICMS, IPTU, IPVA, FPM. O secretário da Fazenda Fúlvio Piccinini rebateu, mas não convenceu.

**TERCEIRIZAÇÃO E CONTRATO** O Fórum Sindical acusou o Executivo de ampliar a terceirização e os contratos temporários na PJF, além de abrigar mais de 600 comissionados. Como era de se esperar, os representantes da Administração negaram.



**Servidores ocupam pátio da PJF**

Segundo o SINSEPU-JF, a realização de concurso público é uma urgência. O município tem amargado índices alarmantes de vagas ociosas em todos os setores da PJF, principalmente na saúde e na educação. Conforme Atos do Governo de 29 de abril, hoje há mais de 6 mil vagas em aberto nas administrações direta e indireta.

**MAIS RETROCESSOS** Além da questão salarial e de contratação, a Administração Bruno Siqueira reiterou a manutenção do decreto estendendo a

possibilidade de pagamento para o quinto dia útil, alertando que os servidores precisam remanejar suas contas para não pagarem juros. Como se isso fosse fácil e possível!

Quanto ao Fundo de Previdência, o Executivo também confirmou a possibilidade de mudança na forma de arrecadação da Previdência. As negociações de 2017 estão sendo uma das piores da história, uma vez que o prefeito Bruno Siqueira elegeu a categoria para pagar o ônus de sua má gestão.

## Sinserpu-JF vai à Câmara denunciar Administração

O SINSEPU-JF ocupou a Tribuna Livre da Câmara Municipal, no último dia 18, para denunciar o desprezo da Administração Bruno Siqueira com o servidor. Ao lado do representante do Sindicato dos Professores (SINPRO-JF), Roberto Kalam, o presidente do SINSEPU-JF, Amarildo Romanazzi, apresentou uma tabela de cálculos elaborada pelo sindicato, comprovando o calote da Administração Bruno Siqueira na categoria. Segundo Amarildo, os números apresentados pela administração comprovam os ganhos da PJF e as perdas dos servidores. A tabela foi entregue aos vereadores para análise e cobrança ao Executivo. O

presidente do sindicato ainda denunciou a tentativa da Administração de transferir à categoria o prejuízo do Fundo Previdenciário, lembrando que desde a transferência dos servidores para o Regime Jurídico Único os trabalhadores são rigorosamente descontados em seus vencimentos e a PJF não correspondia com o repasse patronal. Membros do Fórum Sindical, Amarildo e Roberto Kalam usaram os números do Portal de Transparências para desmentir o Executivo. Representantes da PJF apresentam dados fictícios para negar o que é um direito dos servidores.

